



ANDES-SN NA LUTA CONTRA O FASCISMO

Constituição,
30 anos depois 14

Assédio:
não se cale! 8

Encontro debate
carreira EBTT 3

Não vão nos calar! Em defesa das liberdades democráticas, da Educação Pública e contra o Fascismo!

Iniciamos o mês de outubro ainda sobre os ecos do #EleNão, bradado nas ruas das principais cidades do país. Apesar disso, a adesão de importantes segmentos da sociedade ao projeto fascista, que dissemina o ódio e tem como centro dos seus ataques as políticas públicas, os funcionários públicos, as mulheres, os/as lgbtti, os/as indígenas, negros/as e quilombolas, repercutiu de forma desalentadora nas eleições gerais de 07 de outubro. Sob a égide da renovação, o país elegeu deputados/as, senadores/as e governadores/as que representam um atraso de mais de 50 anos em nossa história. O que se apresenta como novo é, na verdade, o velho, o atrasado, o conservador, o misógino, o machista e o lgbtfóbico. O ódio, a tortura, a perseguição à liberdade de expressão e de pensamento e a todos/as que lutam, não é novo. Não

representa nenhuma renovação!

As repercussões desse projeto de sociedade, baseado em elementos fascistas, já se expressam em nosso cotidiano com inúmeras ações de violência. As instituições públicas, em especial as Universidades, os CEFET e os IFET, têm sido foco do ódio e de ações violentas, para atacar aquilo que os fascistas denominam de “projeto comunista”, demonstrando sua mais perfeita incapacidade de compreender a realidade social e o que de fato são as instituições públicas de ensino superior.

Mais um estágio da disputa de projetos estará em jogo no segundo turno das eleições em 28 de outubro. Independente do resultado, aos/as professores/as que defendem a Universidade Pública se coloca o desafio de lutar, nas ruas, para defender as conquistas e os direitos da classe

trabalhadora, as políticas públicas e nosso direito de existir. Independente do resultado, teremos que, além de lutar pela manutenção e ampliação dos direitos sociais, também lutar por nossa existência, para evitar que sejamos “varridos”, já que o ódio disseminado não vai acabar junto com as eleições do segundo turno.

Continuaremos, nas ruas, defendendo as liberdades democráticas e a Educação Pública, gratuita, laica, presencial e socialmente referenciada.

Certamente, nosso grande desafio, nesse momento, que marca a história de nosso país, é nos colocarmos como educadores/as contribuindo para a elevação do senso crítico de nossa categoria, do corpo discente e da sociedade como um todo, demonstrando que a educação não é neutra e que nosso sindicato tem posição. Continuaremos lutando, refletindo, incentivando o pensamento crítico, como foi expresso no Encontro Nacional da Carreira EBTT e do Ensino Básico das Instituições estaduais de ensino superior, como apontam nossas deliberações congressuais e do CONAD em defesa dos direitos dos/das indígenas, dos/as negros/as, dos/as LGBTTI, das mulheres e das pessoas com deficiência.

Continuaremos, nas ruas, defendendo as liberdades democráticas e a Educação Pública, gratuita, laica, presencial e socialmente referenciada. Como diz a música de Chico Buarque “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Seguiremos na luta e nas ruas resistindo pela nossa existência! Se fere nossa existência, seremos resistência!

Em 23 de outubro, mais 70 mil pessoas participam de Ato em defesa da Democracia, na Lapa, no Rio de Janeiro. O ANDES-SN e as suas seções sindicais estiveram presentes.



EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322 // Bruna Yunes DrT-DF 9045 // Mathias Rodrigues MTb 10126

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743

Encontro em Niterói debate carreira EBTT

A precarização do trabalho docente, intensificada com a aprovação da Emenda Constitucional 95. O controle de ponto imposto aos professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. A contrarreforma do Ensino Médio e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). O impacto do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) na carreira docente.

Essa foi programação do Encontro Nacional sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições de Ensino Superior, que aconteceu nos dias 20 e 21 de outubro, em Niterói (RJ).

Realizado no Coluni da Universidade Federal Fluminense (UFF), o evento contou com mais de 60 professores de todo o país. Ao todo, 18 seções sindicais do ANDES-SN participaram. “A gente conseguiu aprofundar temas que o sindicato têm debatido, pelos direitos dos professores EBTTs”, disse Mariana Trotta, 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN.

Organizado pelo ANDES-SN e pela Aduff, Seção Sindical do Sindicato Nacional, a realização do evento é uma deliberação do congresso da entidade.

Troca de experiências

Também na programação, os Grupos de Trabalho foram um rico momento para a troca de experiências e vivências entre os docentes. Previsto inicialmente para ocorrer na tarde de sábado (20), os Grupos de Trabalho foram transferidos para o domingo, possibilitando que os docentes incorporassem o ato em defesa dos direitos e pela democracia, convocado pelas mulheres e realizado na cidade do Rio de Janeiro. “Foi importante para que professores de várias regiões do Brasil tivessem junto ao ANDES-SN nesse ato”, disse Mariana.

A docente avalia que os espaços propostos nos Grupos de Trabalho foram interessantes, porque “foi o momento em que a gente pôde fazer um levantamento maior das situações vivenciadas pelos professores nos diferentes Colégios de Aplicação, Institutos e Cefets”.

“Chega a ser chocante saber que têm colegas vivendo em situações, às vezes, piores do que a gente. Por exemplo, com trabalho voluntário, que não chegou aqui [na UFF]. Mas essa troca dá uma força para continuar a nossa luta, porque a gente vê que não é em vão. O encontro



me deu mais gás para continuar na luta”, avaliou Isabel Pedroso, da Aduff, SSind.

Profundidade dos debates

A abrangência dos temas, a profundidade com que eles foram abordados e a presença de outros sindicatos de profissionais da educação foram elogiados pelos participantes. “O encontro trouxe debates de alto nível, tanto dos palestrantes quanto das entidades parceiras, como o Sinasefe”, disse Antônio Libério de Borba, 1º vice-presidente da Regional Leste do Andes-SN. O docente pontua que os debates que mais chamaram atenção foram sobre o BNCC e o RSC.

André Rosa Martins, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), em Porto Alegre, ressaltou a importância do debate sobre carreira, tema que ganhou relevo na última mesa do encontro, que tratou do RSC. “Eu acho que a gente tem que retomar [esse debate] dentro do GT Carreira do ANDES-SN, construir isso com outros sindicatos, que é o caso do Sinasefe. E saber que vamos enfrentar

uma luta longa”, avaliou.

Opinião compartilhada por Amanda Castro, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), para quem o debate sobre carreira “é sempre urgente e necessário”. Ela também destaca a importância dos debates em grupo: “percebemos que há muitas coisas ruins em comum entre os docentes EBTT, o que é triste, mas também há muitas conquistas em comum. Foi um espaço muito rico”.

Para Patrícia Duarte, professora do Colégio de Aplicação João XXIII, em Juiz de Fora (MG), o painel sobre a Base Nacional Curricular Comum foi a mais interessante do encontro. Ela também pontua a importância da troca de experiências com docentes que vivenciam outras realidades. “No meu colégio, a situação do [movimento] Escola Sem Partido é relativamente grave comparado a outros lugares. Saber que isso (a atuação deste movimento) não é uniforme nacionalmente dá um pouco de esperança. Esses lugares podem servir de parâmetro para a nossa resistência por lá”.

Docentes se posicionam **contra o projeto fascista** e contra o voto branco e nulo

O ANDES-SN reafirma a sua luta histórica contra o projeto fascista e de extrema direita, o projeto ultraliberal e as ações de ódio que estão sendo difundidas pelo Brasil. Este sindicato se integra às frentes antifascistas suprapartidárias, criadas nos estados e nas instituições públicas de ensino superior, e se posiciona contra o voto nulo e em branco no segundo turno das eleições, indicando a participação ativa nos atos e mobilizações em defesa da democracia e contra o fascismo, bem como nas atividades do movimento #EleNãO.

Este posicionamento integra a nota política do Sindicato Nacional sobre o segundo turno das eleições. A nota foi aprovada na reunião conjunta dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e Estaduais e Municipais de Ensino Superior

(lees/Imes) realizada no dia 18 de outubro. Os docentes avaliaram os resultados das assembleias das seções sindicais e definiram os próximos passos da luta.

A nota avalia “que o que está em jogo nesse momento é a possibilidade ou não dos docentes continuarem lutando nas ruas pelos direitos dos trabalhadores”. O documento convoca todas as seções sindicais a fortalecerem as lutas, nas urnas e nas ruas, para derrotar o fascismo que tem crescido na sociedade.

Para Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, a diretoria acertou em consultar as bases, chamando as duas reuniões de urgência. “Serviu para mobilizar a categoria em torno do tema e para respeitar o método democrático que sempre pautou nossa

entidade”, disse. Segundo Antonio, houve uma construção importante para a conjuntura, posicionando o ANDES-SN na luta contra o fascismo e chamando a categoria a participar dessa luta “nos locais de trabalho, nas ruas e nas urnas”, explicou.

Gonçalves destaca que independente do resultado da eleição, o enfrentamento ao fascismo continua: “O nosso posicionamento como Sindicato Nacional vai para além das eleições. Mesmo que o candidato que representa o ataque à democracia e às liberdades individuais seja

derrotado, há na classe trabalhadora uma adesão às ideias protofascistas. Nós temos que fazer esse enfrentamento para além das eleições. A decisão foi importante, porque ela marca um posicionamento para o segundo turno das eleições, mas também sinaliza para o que vem a seguir. Nossa luta continua independente do resultado das urnas”, concluiu.

A reunião aprovou a produção de materiais contra o fascismo, intensificação das mobilizações para o dia 24 (Dia Nacional de Lutas dos Servidores Públicos), participação em frentes suprapartidárias, entre outros.

Resistência

Apesar dos relatos de violência, os docentes afirmaram que há resistência. Depoimentos deram conta de grande participação de professores nas assembleias e na construção de encontros com outros setores da comunidade acadêmica.

Em Aracaju, por exemplo, os docentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) estão indo aos bairros da periferia para explicar à população as reais intenções do candidato de ultradireita. O mesmo tem sido feito nos bairros mais favorecidos da cidade. Outra iniciativa exposta foi a de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), que têm dedicado tempo e conhecimento para explicar à população as razões para não votar no candidato fascista.



GEAN SANTANA, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

Fizemos uma boa reunião, que refletiu os resultados das assembleias que foram realizadas no Brasil. A reunião aponta para onde devemos ir, tanto no processo eleitoral quanto além das eleições. O combate ao fascismo não se restringe apenas às eleições. Mesmo derrotando esse projeto nas eleições, teremos que ir pra rua para garantir a posse. A reunião ajuda a categoria a se organizar para fazer o enfrentamento ao fascismo. As resoluções apontam para uma maior organização da nossa classe.

BEATRIZ FREITAS, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

A reunião foi muito importante para criar uma unidade de luta, na qual todos se sentiram apoiados e acompanhados nessa situação calamitosa, quicá catastrófica. É importante para que tenhamos consciência da abrangência da situação no país inteiro. O país é muito grande, tem muitas diferenças culturais, e é fundamental saber o quanto essas diferenças estão pesando ou não na situação política. Para nós, docentes, é importante ter esse conhecimento.

LUIZ FERNANDO SANTOS, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Nós caminhamos para trás do ponto de vista da democracia e dos direitos. Não há muita perspectiva. É um segundo turno desesperador. De um lado, o avanço de uma proposta de extrema direita e reacionária. Do outro, você tem

um conjunto que se assenta no conformismo e na conciliação de classes. Mas entre um estado autoritário e uma democracia pela metade, nós temos que defender a democracia. O sindicato é a ferramenta ideal para a gente vocalizar a consciência dos trabalhadores, e a perspectiva do mundo do trabalho.

MAELISON NEVES, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

O sentimento é de perplexidade e de grande preocupação. É um momento mais grave que 1964 pelo risco de um projeto fascista ser legitimado nas urnas. A expressiva votação no primeiro turno do Bolsonaro levantou um sinal vermelho devido a forte adesão da população. De fato, não acreditamos que estes quase 50 milhões de pessoas que votaram no Bolsonaro sejam fascistas, mas sim que houve uma vitória da propaganda fascista, que se utiliza de estratégias morais e religiosas, e das fake news para desviar o foco do seu projeto. O papel do sindicato nesse momento é manter a sua postura crítica e, inclusive, usar todo o acúmulo histórico de lutas que nós temos, de resistências que foram construídas no período da ditadura.

MARINA TEDESCO, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Se você não está com medo é porque não está entendendo o que está sendo colocado. Ao mesmo tempo, precisamos transformar esse medo em força. É importante que o sindicato construa uma ferramenta que nos possibilite combater um projeto fascista nas urnas e também depois das eleições, ainda mais com essa parcela do congresso eleita e da população que votou a favor desse projeto fascista. É um momento muito difícil e nós temos que ser muito hábeis para conseguir armar algo que nos possibilite lutar para além das

eleições que são importantes, mas é uma primeira batalha a ser enfrentada.

PAULO HENRIQUE MATTOS, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE GURUPI (UNIRG)

O congresso eleito neste ano é mais conservador do que o eleito nas últimas eleições, apesar da renovação de 85%. Estamos enfrentando uma situação extremamente grave que ameaça não só a democracia brasileira, mas coloca em cheque a ação dos sindicatos, dos movimentos sociais, negro, indígenas e da classe trabalhadora. A democracia, mesmo burguesa e limitada, está ameaçada. Temos que redobrar os esforços, arregaçar as mangas e mostrar que o que está em jogo no Brasil não é meramente a troca de um presidente, mas as conquistas dos trabalhadores nos seus direitos sociais, trabalhistas e a própria existência do movimento social organizado no país.

RONALDA BARRETO SILVA, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Nós temos que refletir e pensar táticas cuidadosas para enfrentar não só o candidato, mas também a onda fascista que assola o Brasil e outros países do mundo. Neste momento, meu sentimento é de medo, mas também não sou pessimista ao ponto de achar que não temos solução e não podemos ganhar essa eleição. Ela será apenas uma etapa e o início de um enfrentamento a essa onda fascista. Se somarmos os eleitores que não compareceram, os votos nulos, brancos e demais candidatos, acho que matematicamente temos chances. A luta será a nossa cara.

O ANDES-SN apóia os atos contra o fascismo, marcados para este 20 de outubro, em todo o Brasil.

#ELENÃO

#ELENÃO

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Violência contra indígenas aumenta no Brasil



No ano de 2017 houve aumento em 14 tipos diferentes de violência contra os povos indígenas. A informação foi divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) com o lançamento do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Segundo o Cimi, cresceram nas comunidades indígenas os casos de suicídio (128 casos), assassinato (110 casos), mortalidade na infância (702 casos) e das violações relacionadas ao direito à terra tradicional.

O Cimi divide as violações em três capítulos distintos no relatório: contra o patrimônio, contra a pessoa e por omissão do poder público. São consideradas violações contra o patrimônio dos indígenas a omissão e morosidade na regularização de terras (847 casos); os conflitos relativos a direitos territoriais (20 casos); e as invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (96 casos registrados).

Em relação a 2016, houve aumento de 62% nas invasões. Esses crimes são normalmente acompanhados de intimidação aos indígenas e de violência contra os povos originários. Um dos exemplos é o caso do povo Karipuna, em Rondônia, que não podem sequer andar livremente em seu território, homologado desde 1998. Lá eles enfrentam roubo de madeira, grilagem e loteamento de suas terras, entre outras violações.

Quanto à violência física, o relatório do Cimi traz dados estonteantes – e que poderiam ser ainda maiores caso não houvesse subnotificação de crimes. No

relatório constam 27 casos de tentativa de assassinato, 19 casos de homicídio culposo, 14 de ameaça de morte, 18 de ameaças várias, 12 de lesões corporais dolosas, 18 de racismo e discriminação étnico-cultural e 16 de violência sexual.

O secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, comentou os dados expressos no relatório. “Com Temer no comando do Executivo federal, os agressores se sentiram mais seguros para cometer seus crimes. A invasão e o esbulho possessório alastraram-se como pólvora sobre os territórios e ameaçam a sobrevivência de muitos povos, inclusive os isolados. Está claro que o Brasil foi tomado de assalto, feito refém de interesses privados da elite agrária, ‘agraciada’ com novas ‘capitanias



hereditárias’, que são distribuídas em troca da morte dos povos que habitam os territórios”, disse.

Demarcação de terras

2017 também ficou marcado por ser o ano em que não houve nenhuma homologação de terra indígena. Com isso, Michel Temer ultrapassou Dilma Rousseff no ranking dos presidentes que menos demarcaram terras indígenas desde 1985. No ano passado, o Ministério da Justiça assinou apenas duas Portarias Declaratórias e a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou seis terras como sendo de ocupação tradicional indígena, o que faz com que Temer tenha uma média de 4,5 terras homologadas por ano, contra 5,25 de Dilma.

Os povos indígenas reivindicam 1306 terras no Brasil. Delas, 847 (64%) ainda têm alguma pendência do Estado para finalizar a demarcação. Das 847, em 537 não houve qualquer ação do Estado para a demarcação, contrariando a Constituição Federal, que instituiu 1993 como ano limite para as homologações.

Josevaldo Cunha, 1º vice-presidente da Regional Nordeste II e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA) do Sindicato Nacional, comenta que o relatório traz dados assustadores. “As informações confirmam o acerto do ANDES-SN de ter se posicionado ao lado da luta dos povos indígenas, lutando pela demarcação de terras e contra o extermínio dos povos indígenas. As mudanças constitucionais do Brasil no último período afetam o



conjunto dos povos indígenas, um dos elos mais fragilizados de nossa sociedade. Os indígenas estão mais suscetíveis à violência, à perda de direitos, à não recuperação de suas terras. Essa situação nos deixa muito preocupados. O Sindicato Nacional reitera seu apoio e solidariedade à luta dos povos indígenas”, afirma.

Carlos Alberto Pires, 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul e outro dos coordenadores do GTPAUA, completa. “Esse quadro tende a se agravar. O governo atual não tem interesse na demarcação de terras indígenas. O sentimento de impunidade estimula o crescimento de todo tipo de crime, como intimidação das pessoas, roubo de madeira e loteamento de terras indígenas. O aumento da criminalidade nestas áreas está intimamente relacionados com a pressão de setores econômicos poderosos como o agronegócio, com empresas diretamente ligadas a corrupção”, diz o docente.

Congresso anti-indígena

O Cimi também divulgou o documento “Congresso Anti-Indígena: Os parlamentares que mais atuaram contra os direitos indígenas”. A publicação apresenta um levantamento sobre os 50 principais parlamentares com atuação anti-indígena no Senado e na Câmara Federal, uma lista dos principais projetos que ameaçam os direitos indígenas e artigos que analisam a conjuntura política nacional, sob influência da pressão de poderosos setores econômicos, dentre os quais destaca-se o agronegócio.

O documento examina uma parcela do Congresso Nacional como extrato de uma conjuntura parlamentar marcada pela retirada de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Além dos políticos,

mapeou-se os principais financiadores dos 50 parlamentares – 40 deputados e 10 senadores. Dos deputados, 39 integram a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). Destes, 34 recebem investimentos financeiros de empresas ligadas diretamente à corrupção e ao agronegócio, como JBS, Andrade Gutierrez, Odebrecht.

A publicação apresenta, também, um levantamento das proposições legislativas que ameaçam direitos originários. São mais de 100 projetos de leis e apensados que tramitam no Congresso Nacional e que colocam em cheque direitos constitucionais, com especial enfoque na tentativa de restringir o direito à demarcação de terras indígenas. Só em 2017, se contabilizaram 848 tramitações de projetos de leis anti-indígenas. Foram 1930 procedimentos legislativos contra os direitos dos povos entre 2015 a 2017.

CONFIRA OS DOIS RELATÓRIOS NO SITE www.cimi.org.br



Assédio: não se cale!

O relato de uma docente que enfrentou a violência e hoje organiza a Comissão de Combate ao Assédio Moral na Ufam

“O assédio moral iniciou no campus de Coari, quando por reiteradas vezes fui chamada à sala do ex-diretor, que, em tom de ameaça, constantemente, lembrava-me que eu estava em estágio probatório. Aos gritos e batendo sua muleta na mesa, afirmava que eu não ia fazer pesquisas naquele instituto, que se eu quisesse fazer pesquisas que construísse um prédio particular e não no laboratório de Genética Molecular Humana do instituto”.

Este relato é de Izabel Heckmann, docente na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e dá conta de como começaram uma série de violências que passou a sofrer. A partir dali, gritos, ameaças verbais, boicotes a projetos de pesquisas passaram a marcar a sua vida profissional.

Ela conta que o ex-diretor teve ajuda de coordenadores de cursos e de comissões para reprovar trabalhos e vetar materiais necessários à pesquisa. “[Ele] nomeou colegas sem qualificação para avaliar os equipamentos do meu projeto de pesquisas, sendo que eu era a responsável por aqueles equipamentos”, relata.

Além da violência contra uma pesquisadora séria, os ataques foram estendidos aos seus alunos, que foram proibidos de realizar as práticas laboratoriais, o que trouxe prejuízos à universidade. “Meus projetos de Pibic foram reprovados por colegas de outras áreas, que eram colocados nas comissões para sabotar meu trabalho; do mesmo modo, um colega foi nomeado exclusivamente para questionar a real necessidade do Laboratório de Genética Molecular Humana, isso num campus de Saúde e Biotecnologia, chegando ao ponto do laboratório ser extinto e eu ser excluída de todas minhas atribuições de pesquisas, o que me impediu de sair para pós-doc, sob a alegação que eu não tinha produção científica suficiente”.

A consequência deste processo de violências e perseguições foi o adoecimento da profissional. E foi neste segundo momento, quando já estava doente, que Izabel passou a enfrentar uma nova rodada de agressões. A Junta Médica Oficial atestou a remoção da docente para tratamento de saúde em outra localidade. No entanto, administrativamente,

no campus de Manaus, na primeira

reunião do conselho departamental, foi negada sua remoção. “Afirmavam que não me queriam porque eu necessito tomar medicamentos, assim, por reiteradas vezes, me foi negado o direito à remoção. Nos corredores, eu era questionada por que estava naquele setor, pois minha remoção havia sido negada por todos; nas reuniões era negada publicamente minha presença; alguns colegas passavam por mim nos corredores com ar de superioridade e menosprezo, foi uma situação muito constrangedora”, conta.

A docente diz, ainda, que era mantida em ociosidade, numa sala sem condições de trabalho. Permaneceu por um ano e nove meses sem portaria de lotação, impedida de desempenhar as atribuições do cargo docente. “Não me foram alocadas disciplinas, por alegarem não existir carga horária, consequentemente ocasionando-me a perda de direitos, como insalubridade, progressões”, lembra.

Em março de 2010, Izabel denunciou a perseguição. Foram necessários três anos e nove meses para que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, o Ministério da Educação e o Ministério Público Federal cobrassem a apuração dos fatos. Somente a partir daí houve a instauração de uma comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o seu algoz.

Em outubro de 2014, a comissão concluiu que a denúncia era procedente, recomendando a demissão de um único servidor assediador, deixando os demais impunes. A autoridade julgadora ignorou a apuração realizada e, depois de cinco anos e oito meses, determinou o arquivamento do PAD, sem que ninguém fosse punido.

A ausência de punição incentivou a continuidade da perseguição

e do assédio moral, que acabou pulverizado em outros setores da Universidade. Izabel recorreu diversas vezes, a ponto da Comissão Própria de Processos Administrativos Disciplinar admitir que o caso deveria ser considerado dano moral, recomendando que a docente assediada ingressasse com uma ação judicial.

“Administrativamente, entrei com pedido de reconsideração junto ao Conselho Universitário (Consuni), no entanto, os conselheiros não sabem o que é assédio moral. A primeira relatora descreveu o assédio (que sofri) como algo que pudesse ser desprezado, invocou o princípio da insignificância

para negar a apuração. Enquanto isso, outro conselheiro requeria o arquivamento da denúncia como forma de medida protetiva a um dos denunciados. Hoje, o processo está em fase recurso, e um segundo parecer, desta vez favorável, será apreciado na próxima reunião do Consuni”, explica.

A docente destaca que o tratamento administrativo dispensado ao Assédio Moral, por meio do trâmite processual administrativo, é muito demorado e ineficaz, embora a legislação determine que a conduta assediadora seja eficientemente combatida e uma punição seja aplicada a quem assedia, a administra-

ção pública esquivar-se da obrigação de apurar a conduta de seus servidores.

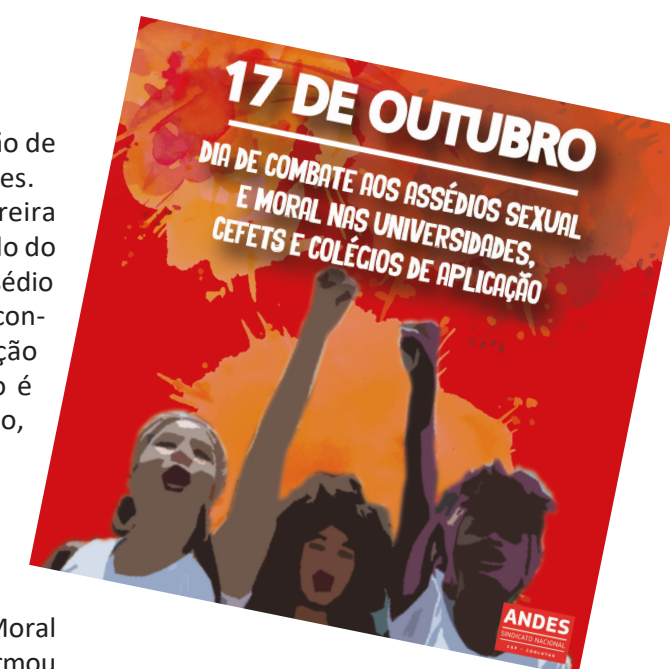
“O assédio moral destrói a carreira do docente, que adocece e é excluído do trabalho, enquanto espera que o assédio moral seja interrompido, isso não acontece, é como se existisse autorização para assediar, assim o assediado é submetido a outro tipo de assédio, o assédio processual”, acrescenta.

Comissão de Combate ao Assédio Moral na Ufam

Atualmente, Izabel integra a Comissão de Combate ao Assédio Moral na Ufam. “A primeira comissão se formou depois que eu retornei de Brasília, onde participei da audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado. No meu retorno, alguns colegas que sentiam-se assediados, me convidaram para discutir a questão e a Adua – Seção Sindical do ANDES-SN nos acolheu e criamos a comissão, em setembro de 2013”, relata.

Em 2014, produziu-se um Acordo de Cooperação Técnica, que só foi reconhecido pela administração da Ufam em agosto de 2017. Os trabalhos para implantação do documento originaram a Comissão Executiva do Acordo de Cooperação Técnica para a Criação de Mecanismos de Atenção, Prevenção e Combate ao Assédio Moral.

Izabel acredita que comissões de combate ao assédio moral deveriam ser criadas em todas as instituições, uma vez que essa prática é comum, e infelizmente muitas vezes naturalizada, no ambiente de trabalho acadêmico. Ela ressalta que os sindicatos de docentes e técnicos têm papel fundamental nessa luta, em especial no acolhimento e denúncia dos



casos.

“O servidor, quando é assediado, passa por uma conduta chamada isolamento, todos seus colegas de trabalho se afastam, principalmente porque compreendem que serão os próximos assediados, por temerem represália e/ou não compreendem o que é o assédio moral, acabam deixando o assediado ao total abandono e sem voz”, comenta.

A docente recomenda que a luta contra o assédio não deve se dar de forma isolada dada a demora e muitas vezes ineficácia do processo administrativo. “Penso que a forma adequada de denúncia deve acontecer por meio coletivo”, acrescenta.

Assédio Sexual: um reflexo do machismo e patriarcado na academia

A professora Tatiana Machiavelli Carmo Souza, da Universidade Federal de Goiás (UFG), trabalha com um grupo de pesquisa que busca compreender o fenômeno da violência contra mulheres no âmbito da universidade, as características do assédio moral e do assédio sexual e do que alguns chamam de assédio institucional.

“O que a gente percebe, é que o problema do assédio, das violências de gênero na universidade decorrem de questões presentes na sociedade como o machismo, o patriarcado, mas também estão relacionados às relações de poder que são muito presentes na universidade, nas relações acadêmicas e na forma como a gente vem estruturando as relações, a hierarquia existente nas relações entre docentes, estudantes, técnico-administrativos e a comunidade acadêmica de uma forma geral”, explica.

Ela conta que o assédio se inicia de uma



forma muito invisibilizada, como uma forma de sedução, uma tentativa de controle, na maior parte das vezes entre homens contra mulheres, entre professores contra estudantes. Ou seja, ele está presente nas relações onde há uma desigualdade na hierarquia e naquelas onde há desigualdade de gênero.

“A universidade, de uma forma geral, não tem dado escuta para os casos de assédio e isso acaba agravando essa questão que é histórica. No país, o problema do assédio é histórico, não começou hoje”, ressalta.

Ela acrescenta que a denúncia precisa acontecer para que a universidade crie mecanismos, encontre caminhos para a prevenção, para o enfrentamento e para a instituição de políticas que possam buscar coibir as práticas de assédio e de violência de gênero dentro da instituição.

Segundo Tatiana, enfrentar o assédio sexual, a violência sexual e outras formas de violência baseadas no gênero são de extrema importância no contexto universitário. Além dos canais de denúncia, como ouvidorias, é importante criar espaços de acolhimento e apoio às vítimas. Além disso, também é necessário desenvolver campanhas de conscientização que debatam abertamente o que é o assédio sexual, como e onde ele pode ser denunciado.

“Quando se fala de enfrentamento eu não posso deixar de sinalizar a importância dos movimentos feministas dentro da universidade, do movimento estudantil, dos movimentos sociais de uma forma geral que foram de extrema importância num processo de militância, de questionamento e de cobrar dos responsáveis estratégias e mecanismos de coibição e de enfrentamento da violência. Como por exemplo, o



Atividade do dia 17 de outubro contra o assédio sexual e moral em Dourados (MT). Atividade organizada pelo ANDES-SN, Regional Pantanal, ADVEMS e ADVS Dourados.

afastamento de um professor denunciado por um estupro em sala de aula”, conta a docente da UFG.

Em 2018, dois professores foram exonerados da UFG regional Jataí após denúncias de estupro e assédio sexual e moral contra estudantes. “Um deles, além do assédio continuado, ao longo de meses, houve o estupro de duas alunas, em diferentes contextos”, relata.

Em virtude do seu trabalho na área, quando os casos foram denunciados em 2017, Tatiana foi chamada para ajudar no acolhimento das alunas. “O envolvimento nesse caso se deu como psicóloga que atendeu e vêm acompanhando essas duas alunas desde fevereiro de 2017, e também como uma professora, como feminista, como mulher, como alguém que milita e que acredita que a gente tem que mover as estruturas para conseguir uma modificação dessa realidade que assola tantas

universitárias, que assola tantas docentes e técnicas”, relata.

No mesmo ano da denúncia dos estupros, o Consuni da UFG aprovou a resolução 14/2017, que permitiu a criação de uma comissão de acompanhamento dos casos de assédio moral, sexual, discriminação, violência racismo, homofobia entre outras questões na universidade. Com isso, segundo a docente, houve um envolvimento maior da reitoria no combate e prevenção do assédio moral e sexual.

“Eu acredito que o enfrentamento do assédio e da violência de gênero na universidade ainda tem um longo caminho a percorrer. Primeiro, precisamos criar políticas de equidade de gênero dentro das universidades de uma forma geral. Enquanto tivermos essa desigualdade de gênero tão presente e tão forte na universidade vamos conseguir poucas mudanças”, elenca.

“Outra questão importante é a criação



Atividade de enfrentamento dos assédios sexual e moral da ADUNEB. 22/10



de campanhas explícitas contra o assédio e contra a violência de gênero. É preciso que o professor tenha clareza dos limites de poder dele. Que ele saiba que não pode subjugar as mulheres, não pode desqualificar as mulheres, sejam elas companheiras de trabalho ou estudantes. É preciso que o professor saiba da sua limitação como docente. É preciso que fique claro na mentalidade dos professores - que infelizmente é quem tem mais poder dentro do contexto acadêmico - as suas limitações. As políticas precisam ser claras, efetivas e precisam também responsabilizar os autores de agressão, sejam eles técnicos, terceirizados, docentes, diretores, chefes de unidade”, completa.

Contra o assédio moral e sexual

Com o objetivo de intensificar o combate aos casos de assédio e conscientização da categoria para a questão, o ANDES-SN definiu, em congresso, marcar o dia 17 de outubro como uma data de luta contra os assédios nas Universidades, Cefets e Colégios de Aplicação.

“Por muito tempo, o assédio sexual e o próprio assédio moral foram naturalizados como comportamento normal. No momento em que há um avanço no debate político sobre violência e o que é o assédio sexual e

como se configura o assédio moral, a gente vê dentro das universidades, como as professoras e professores se percebem violentados”, conta Caroline dos Santos Lima, 1ª secretária do ANDES-SN e coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS)

Além do dia de luta, o ANDES-SN vem desenvolvendo campanhas de conscientização, com materiais informativos. A entidade também se reuniu com representantes dos reitores de universidades públicas e institutos federais (Andifes, Abruem e Conif), para cobrar maior atenção ao problema que adoce a categoria docente.

“É importante dizer que isso entra como política sindical. Por muito tempo, o debate de assédio sexual e assédio moral ficaram restritos a um reduto administrativo e não se percebia o processo de adoecimento docente”, afirma a diretora do Sindicato Nacional.

O ANDES-SN aprovou em congresso que as seções sindicais, junto com o movimento estudantil e o sindicato dos técnico-administrativos criem instrumentos, para serem levado aos conselhos universitários, que sejam tanto espaço de denúncia quanto de acolhimento às vítimas.

Caroline explica que os assédios sexual e moral no local de trabalho são práticas,

muitas vezes, silenciosas. “Se não há uma campanha, não tem um espaço de formação política e organização do movimento sindical e social, esse tipo de situação fica por debaixo do tapete”, comenta.

“Tanto o assédio sexual quanto o moral estão ligados às relações de poder e, principalmente, às relações econômicas. Quem está numa posição de poder hierárquico e econômico superior acredita que pode usar a força ou a violência moral para impor a sua vontade”, acrescenta.

A diretora do ANDES-SN orienta ainda que as professoras e professores que se sentirem ameaçados ou violentados devem procurar documentar e registrar todas situações. “Comprovar que está sofrendo assédio moral significa produzir um dossiê sobre o que você está passando. E isso é muito cruel, porque quem está sofrendo a violência muitas vezes não tem equilíbrio emocional para fazer essa junta de provas”, diz.

Para que o docente não enfrente o processo sozinho, ela recomenda ainda que procurem a seção sindical do ANDES-SN em suas instituições. E ressalta que além de registrar a denúncia na universidade é importante levar o caso no Ministério Público. “O Ministério Público muitas vezes ajuda, pois é um poder mais isento e cobra que a universidade faça a apuração”, conclui.

"As forças conservadoras têm feito estragos na produção do conhecimento", diz docente

Em meados de 2016, Marlene De Fáveri, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), se tornou ré de uma ação judicial movida por sua ex-aluna do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Ana Caroline Campagnolo. Dois anos depois da ação movida, o 1º Juizado Especial

Cível da Comarca de Chapecó julgou improcedente a ação de Campagnolo, que alegava perseguição religiosa, política ou ideológica advinda de Marlene. Em entrevista ao Informandes, a docente conta como foram os meses de convivência no ano de 2013 com a ex-aluna e que também foi sua orientanda. Marlene é doutora em história pela Universidade Federal de

Santa Catarina (Ufsc) e tem uma trajetória reconhecida nacional e internacionalmente nos estudos de gênero e feminismo.

Passados cinco anos, como a senhora avalia o ocorrido com a sua ex-orientanda Ana Caroline Campagnolo?

MARLENE DE FÁVERI: Hoje, cinco anos depois do corrido na relação acadêmica, e dois anos e dois meses respondendo ao processo, avalio que, se a situação me constrangeu e afetou profundamente, também me fortaleceu. E, principalmente, fortaleceu também as lutas a favor dos estudos de gênero, e a defesa pela liberdade de cátedra.

Em que momento, a senhora percebeu que aquela situação ultrapassava as relações pedagógicas e internas da universidade?

MF: Foi quando a ex-aluna divulgou, no youtube, uma entrevista ao canal Conexão Conservadora. Assisti ao vídeo no dia 1 de novembro de 2013. Até então, era minha aluna na disciplina de História e Relações de Gênero no PPGH da Udesc, eu a orientava e não sabia de suas postagens antifeministas, nem que ela era religiosa. Naquele momento, foi um choque. Sou professora de Relações de Gênero há 25 anos e confesso que foi um grande susto para mim.

Na época em que o caso ganhou os noticiários, a senhora se afastou da universidade. Como foi o retorno e, atualmente, como está o convívio com o restante da comunidade acadêmica?

MF: O processo foi aberto em junho de 2016, mas o caso só ganhou os noticiários em março de 2017, com a nota da Associação Nacional de História (Anpuh), em meu apoio, depois que a ex-aluna me citou e expôs de forma caluniosa numa audiência pública, realizada em fevereiro do ano passado, para discutir o projeto do Escola sem Partido (PL 7180/14) no Parlamento, em Brasília. Imediatamente,



o caso foi divulgado nas redes sociais e nas mídias impressas, o que me abalou de imediato. Jornalistas me procuravam e a advogada não sabia lidar com aquela situação. Eu fiquei sem voz, com labirintite forte. Fui ao médico e ele me deu 10 dias de atestado. Tive que mudar de advogada e o caso passou para a advogada Daniela Félix, que entendeu a situação política envolvida e imediatamente passou a fazer a defesa. Após esse período, continuei as atividades docentes e, em abril, dei entrevista para o Portal Catarinas detalhando o caso. Tive o apoio da Aprudesc (Associação dos Professores da Universidade do Estado de Santa Catarina – Seção Sindical do ANDES-SN), do corpo docente de História da Udesc, da comunidade acadêmica, de grupos e coletivos de todo o país, bem como sindicatos, associações, instituições superiores e, ainda, dos alunos e alunas. Isso foi fundamental para que eu me fortalecesse e enfrentasse as audiências em 2017. Atualmente, meu convívio na comunidade acadêmica é excelente, com o apoio que me fortalece.

A senhora julga que exista no Brasil um avanço de forças conservadoras contra a produção do conhecimento e da prática docente? Como o Movimento Escola sem Partido contribui para esse cenário?

MF: Sem dúvidas, o avanço das forças conservadoras tem feito estragos na produção do conhecimento desde que vem provocando o cerceamento da liberdade de cátedra e de expressão, haja vista os casos que vimos acontecendo, que são muitos. Instalaram uma 'pedagogia do medo' com práticas abusivas e cerceadoras nas escolas, provocando o pânico moral para que calem. Há resistências, mas o medo está posto.

E diante deste cenário, qual é a importância dos estudos sobre gênero no Brasil atualmente?

MF: Os estudos de Gênero e Feminismo são imprescindíveis à democracia, aos direitos humanos, à cidadania, à justiça social e à liberdade. As violências de gênero são incontinentes, acontecem no cotidiano, diariamente. Com o avanço de forças conservadoras estão querendo eliminar temas como gênero, feminismo, direitos humanos, diversidades, racismo dos currículos o que torna ainda mais fre-



quente os atos de feminicídio, estupro, violências de toda forma contra mulheres e crianças. É estarrecedor.

O avanço das forças conservadoras tem feito estragos na produção do conhecimento desde que vem provocando o cerceamento da liberdade de cátedra e de expressão

É possível estudar questões de gênero sem um compromisso ético com a história do tema e com as questões que ele suscita?

MF: As questões de gênero são imprescindíveis nos estudos em todas as fases da escolarização e educação, porque sendo o gênero uma categoria de análise para o entendimento de relações de poder na sociedade, não há como estabelecer análises sem levar em conta esta categoria. É um compromisso ético, de busca de uma sociedade com convivência pacífica entre os seres humanos. É uma prática política para pôr fim as violências que somos acometidas.

Os estudos de Gênero e Feminismo são imprescindíveis à democracia, aos direitos humanos, à cidadania, à justiça social e à liberdade. As violências de gênero são incontinentes, acontecem no cotidiano, diariamente

Alguma consideração final?

MF: Não foi fácil levar este processo,

que gerou incômodos de toda ordem: na saúde, no tempo gasto na peça da defesa e audiência - partes foram em Chapecó-, nas respostas à imprensa, nas atribulações do trabalho e nos gastos financeiros. O processo que a ex-aluna moveu contra mim foi julgado improcedente na sentença judicial do dia 5 de setembro de 2018. Não havia procedência naquelas acusações que foram, a meu ver, uma forma de dar visibilidade à autora do processo, que hoje é candidata a deputada estadual pelo partido fascista*. Considero que a justiça foi feita. Foi uma luta coletiva e reafirmou a liberdade de cátedra, a liberdade de expressão e a escola democrática. A vitória é de todas e todos nós e abre caminhos para enfrentarmos as perseguições com mais vigor. Somos vencedoras e vencedores nesta causa. Agradeço a todos e todas que torceram, apoiaram e estão na luta contra o fascismo. Propusemos, a advogada Daniela Félix e eu, uma queixa-crime por danos morais, que versa sobre crimes contra a honra, contra a ex-aluna, e tramita na 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital de Santa Catarina. A primeira audiência ocorreu no dia 2 de setembro deste ano, e segue o processo, agora a ex-aluna como ré. Não é possível dar mais detalhes deste processo, pois optamos por segredo de justiça. Sigamos em frente. Não nos calarão.

*Nota: A entrevista foi realizada antes das eleições, no dia 5 de outubro.

Ana Caroline Campagnolo foi eleita deputada estadual, pelo PSL, em Santa Catarina.

O que sobrou da Constituição 30 anos depois?

“Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil!”. Foi com essa frase que Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, pôs fim à Assembleia Nacional Constituinte e promulgou a Constituição Federal de 1988, a oitava da história do país.

30 anos e 106 emendas constitucionais depois, a Carta Magna mudou muito. De um documento fruto de um processo de redemocratização pós-ditadura empresarial-militar, que expressava, com contradições, a força dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores, a Constituição foi sendo modificada de acordo com os interesses do Congresso, cada vez mais marcados pelas imposições dos grandes grupos econômicos.

Três exemplos de modificação da Constituição saltam aos olhos. A Desvinculação de Receitas da União (DRU), a contrarreforma da Previdência de 2003, e o Teto de Gastos. A DRU foi criada em 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para retirar as obrigações constitucionais de investimentos públicos em áreas específicas, permitindo aos governos usar 20% da verba em outras áreas. Em 2016 a DRU foi prolongada até



2023, chegando a 30% de desvinculação de receitas.

A medida criada pela Emenda Constitucional (EC) 27, que o governo de FHC dizia ser importante para “controlar os gastos públicos” serviu, na prática, para desfinanciar áreas em que o investimento público é fundamental, como saúde, educação, segurança e previdência.

Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, afirma que a DRU é uma grande burla constitucional para retirar investimentos de áreas necessárias, prejudicando a classe trabalhadora e favorecendo o capital. “O ANDES-SN defende que os limites estabelecidos na Constituição sejam empregados. A desvinculação que tem sido aprovada desde o governo FHC e que agora foi mantida até 2023 é uma inversão de valores. Uma burla constitucional”, comenta.

Contrarreforma da Previdência

Em 2003 o governo de Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu aprovar no Congresso a Emenda Constitucional (EC) 41, da contrarreforma da Previdência. A medida extinguiu a integralidade e a paridade das aposentadorias dos servidores públicos, impondo uma idade mínima de aposentadoria e um teto para a aposentadoria – o que serviu para forçar os servidores a recorrerem a fundos de pensão ou ao sistema privado de capitalização.

O presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, lembra que o Sindicato Nacional esteve na linha de frente da luta contra a proposta de Lula e que ela também favo-

receu o grande capital ao forçar servidores a aderir a outro modelo de Previdência para ter direito à aposentadoria integral.

“Paulatinamente estão desconstruindo os serviços públicos e os servidores. Atacando os serviços e os servidores públicos, nos colocando como um grande peso no orçamento a ser carregado. Isso demonstra um projeto de Estado mínimo, de terceirização dos serviços, da tentativa de transformar os servidores em terceirizados, escolhidos por critérios outros que não critérios isonômicos de concursos”, afirma.

“A contrarreforma da Previdência de 2003 retira direitos, nos impondo idade mínima para aposentadoria, quebrando todo um pacto de solidariedade geracional já que todos ficam submetidos a um teto. E quem quiser buscar aposentadoria integral tem que fazer uma capitalização, investir no mercado. A lógica é sempre privilegiar o mercado, inclusive com o dinheiro das nossas aposentadorias”, completa Antonio. O presidente do ANDES-SN lembra que a EC 41 é um prenúncio da tentativa de contrarreforma da Previdência de Michel Temer, que ainda tramita no Congresso Nacional.

Teto de Gastos

Para o presidente do Sindicato Nacional a emenda que mais ataca os direitos dos trabalhadores é a EC 95/16, que criou o Teto de Gastos. A emenda proposta por Michel Temer limita os investimentos públicos por vinte anos em áreas como educação e saúde para gerar superávit primário. Na prática, o Teto inviabiliza a manutenção dos serviços públicos e já tem atingindo a qualidade da educação pública.

“Com o Teto de Gastos fica mais fácil de fazer essa burla constitucional, manipulando as rubricas e retirando investimentos da educação, da saúde, da segurança, das políticas sociais. Isso demonstra que, cada vez mais, o Estado brasileiro está a serviço do grande capital financeiro. Todas essas estratégias, que sucessivos governos utilizam, são para penalizar a classe trabalhadora e beneficiar os banqueiros, os rentistas e os detentores do capital. Podemos observar isso quando se impõe um teto para as políticas públicas,

mas não há teto para endividamento e pagamento de juros e serviços da dívida pública”, diz Antonio.

O ANDES-SN e a Constituinte

Em 2016, quando o ANDES-SN completou 35 anos, diversos ex-presidentes foram entrevistados para contar a história do Sindicato Nacional. Sadi Dal Rosso, presidente do ANDES-SN entre os anos 1988 e 1990, lembrou que o Sindicato Nacional nasceu da resistência à ditadura empresarial-militar (1964-1985) e em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

“O nascimento do ANDES-SN em 1981 - na forma inicial de associação nacional, pois a legislação vedava a organização de sindicatos no setor público - se deu através da resistência travada dentro das universidades por docentes, estudantes e técnico-administrativos. As associações docentes espalharam-se por todos os recantos das universidades brasileiras,

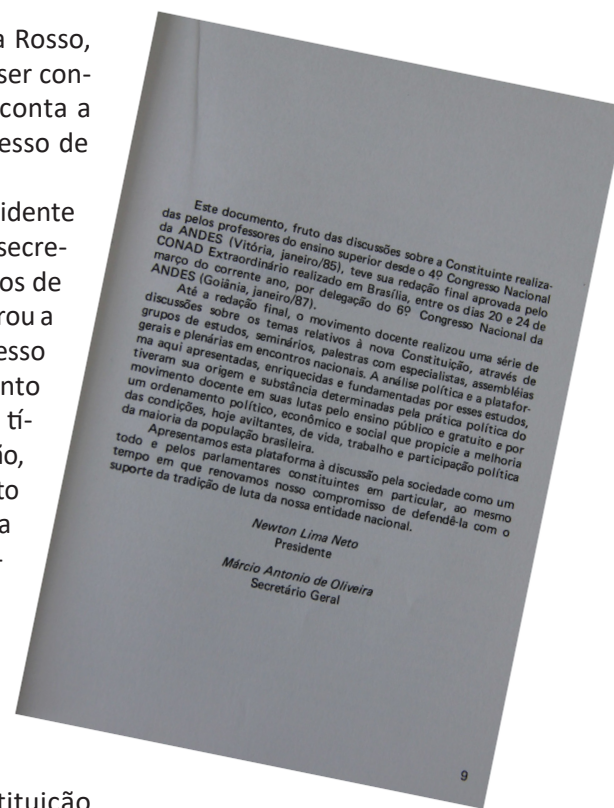
públicas e privadas”, contou. Para Rosso, a história do ANDES-SN não pode ser contada ou analisada sem levar em conta a participação do Sindicato no processo de redemocratização do país.

Márcio Antônio de Oliveira, presidente do ANDES-SN entre 1992 a 1994, e secretário geral do Sindicato nos períodos de 1986 a 1988 e de 2010 a 2014, lembrou a participação do ANDES-SN no processo da Constituinte. “Foi um movimento muito profundo e detalhado e não tínhamos interesse apenas na educação, fizemos uma plataforma comum, junto às entidades e partidos políticos, para a Constituinte que abrangia educação, saúde, segurança, direitos dos cidadãos, etc. Tivemos uma vitória neste sentido na Constituinte de 1988, onde está prevista a gratuidade do ensino nas instituições oficiais”, afirmou.

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, que assegurou o direito à sindicalização aos servidores públicos, os docentes reunidos no II Congresso Extraordinário, em novembro do mesmo ano, deliberaram pela transformação da ANDES (que até então tinha caráter de associação) em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - o ANDES-SN.

Para Antonio Gonçalves, atual presidente do ANDES-SN, por mais modificações favoráveis ao mercado que tenham sido realizadas, o aniversário de 30 anos da Constituição deve ser celebrado. “Temos que comemorar, sim, os 30 anos da Constituição. Viemos de um período de muita repressão, do Ato Institucional 5 (AI-5), e tardamos em experimentar o que seria um Estado de bem

estar social. Aquele texto constitucional foi uma tentativa de colocar o Brasil em um período que não existia mais. Não experimentamos o Estado de bem-estar social porque houve uma interrupção com a ditadura empresarial-militar. Mesmo não conseguindo implementar tudo o que está na Constituição, como a taxação de grandes fortunas, ela foi uma conquista da classe trabalhadora. Mas a nossa luta vai além da luta constitucional, é para reverter a correlação de forças a favor dos trabalhadores e para que o Estado de fato diminua as desigualdades. E isso passa pela educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada”, conclui o docente.



Boletim da

Constituinte

ESPECIAL MARÇO 88



Censo da Educação Superior mostra crescimento de EAD no Brasil

O Ministério da Educação (MEC) divulgou o Censo da Educação Superior de 2018. Produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o censo traz um levantamento sobre a situação do ensino superior brasileiro. Um dos dados que mais chama atenção é o crescimento de matrículas no Ensino à Distância (EAD). Em 2017, as matrículas em graduação EAD cresceram 17,6% em relação a 2016, enquanto as matrículas de cursos presenciais tiveram crescimento de 0,5%.

Em 2017, as matrículas em EAD no ensino superior chegaram a 21% do total, que somam quase 8,3 milhões. A rede privada aglutina quase 1,6 milhão das matrículas, ou 90,57%. Mas o crescimento das matrículas em EAD na rede pública foi considerável em 2017: 35%, ao passo que na rede privada foi de 16%.

Considerando os números de 10 anos atrás, percebe-se o crescimento da modalidade EAD. Em 2007, apenas 7% das matrículas eram nos cursos à distância. Em uma década, as matrículas de EAD cresceram 375,2%, ao passo que as inscrições nos cursos presenciais cresceram 33,8%.

Elizabeth Barbosa, 2ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, avalia que há uma relação direta entre o crescimento das matrículas em EAD e o processo de ajuste fiscal comandado pelo governo brasileiro.

“Tudo está relacionado. Ao mesmo tempo em que o Banco Mundial aponta a desqualificação do professor como problema, ele diz que para melhorar a qualidade é necessário diminuir o número de professores”, critica a docente, fazendo referência ao documento “Um Ajuste Justo”, do Banco Mundial, no qual propõe soluções para a educação brasileira.

Relacionando o crescimento de matrículas em EAD à Reforma do Ensino Médio e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Elizabeth explica que há uma política de redução do financiamento do ensino público presencial, privilegiando o investimento público nas redes privadas de ensino.



1 em cada 4

ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, ESTUDA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA

Como estão distribuídas as matrículas nas instituições públicas:



63,9%

INSTITUIÇÕES FEDERAIS



31,4%

INSTITUIÇÕES ESTADUAIS



4,7%

INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS

Rede privada mantém domínio de matrículas

A disparidade entre as matrículas feitas na rede privada e na rede pública é considerável. Em 2017, 75,3% dos estudantes de ensino superior estavam na rede privada, e 24,7% na rede pública.

"Há uma relação direta entre o crescimento das matrículas em EAD e o processo de ajuste fiscal comandado pelo governo brasileiro."

Também há diferença entre o regime de trabalho dos docentes nas duas redes. Enquanto nas instituições públicas, 85,6% dos docentes trabalha em tempo integral, na rede privada 26,2% leciona em tempo integral. Na rede pública, 62,3% dos docentes tem doutorado, na rede privada, o percentual é de 24,2%, e a maior parte do corpo docente (49,4%) tem mestrado.

Perfil dos estudantes

O censo também avalia o perfil dos estudantes de ensino superior. As mulheres são maioria nas duas modalidades. No ensino presencial, a maioria dos discentes estuda em período noturno e em cursos de bacharelado. No EAD, a maioria dos estudantes está em cursos de licenciatura. A média de idade de estudantes presenciais é de 21 anos, e eles concluem o curso, em média, aos

23 anos. No EAD, a média de idade é 29 anos, e conclui-se o curso, na média, aos 34 anos.

Para Elizabeth Barbosa, “analisando esse perfil de estudantes, é possível ver que consegue acesso quem trabalha. Para ficar na universidade é necessário seguir trabalhando, porque não existe política de assistência estudantil. São estudantes de idades mais avançadas porque estão buscando melhorar suas chances de trabalho. Mas eles têm acesso a um ensino que é desqualificado, aligeirado e que não dá aportes necessários”, comenta.

"Há uma política redução do financiamento do ensino público presencial, privilegiando o investimento público nas redes privadas de ensino."

A docente, entretanto, ressalta que ainda que ofereçam melhores condições de permanência estudantil do que as instituições privadas, as universidades públicas também enfrentam problemas. “A evasão de estudantes está aumentando na universidade pública. Com os cortes orçamentários, a permanência é mais comprometida ainda. Eu dou aula no campus de Rio das Ostras, um campus do interior da UFF, e começo o semestre com 35 alunos. No meio do período, no primeiro feriado, muitos não voltam. Comer é caro, morar é caro”, conclui Elizabeth.